

O METATERMO “CASO” EM DUAS GRAMÁTICAS BRASILEIRAS DO PERÍODO COLONIAL

Olga Ferreira Coelho*
Patrícia de Souza Borges**

Resumo: Discutimos os modos como Dias (1697) e Mamiani (1699) empregaram o metatermo “caso”. Parece que suas descrições estão acomodadas a um modelo pouco variável, mas as especificidades das línguas descritas impõem o registro dos pontos em que elas não coincidem com o latim ou o grego.

Palavras-chave: metalinguagem; caso; linguística colonial.

INTRODUÇÃO

■ **E**ste texto, ancorado nos pressupostos e métodos da historiografia linguística, baseia-se em dados de um projeto coletivo de documentação voltado para o levantamento e a análise da terminologia de descrição empregada em gramáticas produzidas no contexto americano. Por hipótese, essa terminologia nos aproxima da configuração geral do conhecimento veiculado nessas gramáticas, já que os modos como foram identificados e denominados os fenômenos linguísticos ao longo da história relacionam-se a certos valores e pressuposições (heurísticos, teóricos, disciplinares, científicos e culturais). Com efeito, como assinala Swiggers (2010), cada metatermo é um todo para o qual convergem fatores complexos, relativos à sua relação com unidades/estruturas de certos sistemas de comunicação, com outros componentes da metalinguagem que esse metatermo integra e com os valores e as pressuposições referidos. A análise de terminologias de descrição, portanto, requer do historiógrafo a habilidade fundamental de reconhecer que a linguagem admite ampla varia-

* Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Departamento de Linguística da USP e pesquisadora do Centro de Documentação em Historiografia Linguística do DL-USP. E-mail: olgafc@usp.br.

** Pesquisadora graduada do Centro de Documentação em Historiografia Linguística do DL-USP e professora do Colégio São Luís (SP).

ção de latitudes interpretativas, as quais podem redundar, por exemplo, em visões opostas (e legítimas) dos “mesmos dados”.

Em vista de uma tal complexidade, Swiggers (2010) propõe que os trabalhos que examinam definições – semânticas ou epistemológicas – de metatermos levem em conta um conjunto de parâmetros que permitem enxergar as múltiplas dimensões que os constituem. A presente análise concentra-se nos parâmetros que Swiggers (2010) denomina “conteúdo focal” (relação bilateral entre um metatermo e o que ele significa), “incidência” (a aplicação ou atualização de um metatermo no processo (discursivo) de descrição) e, ainda que nesse momento da história dos estudos da linguagem não se possa falar exatamente em “impressão teórica”, procuramos abordar também a relação do metatermo com o “modelo” de referência (técnico-conceptual) com que dialoga mais proximamente.

Ocupamo-nos da *Arte da lingua de Angola*, de 1697, do jesuíta português Pedro Dias (1621-1700), e da *Arte de grammatica da lingua brasilica da naçam Kiriri*, de 1699, do também jesuíta Luis Vicencio Mamiani (1652-1730). Dias descreve o quimbundo falado por escravos africanos que habitavam a região da Bahia. Como se sabe, o quimbundu é uma língua bantu, pertencente ao tronco Niger-Congo. Mamiani descreveu o kipeá-kiriri, que, segundo Rodrigues (1994), é uma língua da família Kiriri (ou Kariri), pertencente ao tronco linguístico macro-jê, que foi falada na Bahia e no Sergipe. Essas duas gramáticas ocupam lugares únicos no contexto da produção gramatical sobre línguas existentes na colônia: sobre a primeira delas, observa-se que, ao lado do texto de Dias, haverá, no Brasil, somente um outro documento linguístico dedicado a uma língua africana. Trata-se da *Obra nova da língua geral de mina* (1741), elaborada por Antonio da Costa Peixoto (1945), um misto de glossário e manual de conversação em uma língua franca, de base Ewe-Fon, Kwa, que Castro (2002) denominou língua mina-jejê. Há, portanto, apenas dois textos produzidos sobre línguas da África no Brasil até o século XX. Mamiani, por sua vez, além de ter escrito a única gramática do kipeá-kiriri, escreveu um catecismo nessa língua. Esses documentos são os únicos que atualmente atestam a existência desse dialeto.

A partir do minucioso exame do “conteúdo focal” e da “incidência” do metatermo “caso” nessas duas obras, nossa argumentação procurará contribuir para a compreensão dos diálogos que elas mantiveram com o “modelo” greco-latino de descrição gramatical. Escolhemos esse metatermo porque, como significante, ele aparece em todas as gramáticas coloniais estudadas em nosso projeto – assim, esse significante poderia ser um índice de continuidade em relação à tradição descritiva das línguas clássicas no Ocidente. Contudo, no conjunto de gramáticas examinadas, o conteúdo e o emprego do significante “caso” nem sempre correspondem ao “tradicional”, fato que poderia permitir, ao mesmo tempo, investigar esse metatermo como um índice de renovação de conceitos ou de técnicas de descrição no contexto da gramatização (AUROUX, 1992) das línguas faladas no Brasil.

ANÁLISE

O metatermo “caso” em Dias (1697)

A obra de Dias (1697) tem 48 páginas, subdivididas em seções às vezes correspondentes a breves parágrafos. Não há referência a “caso” nos títulos dessas seções, e Dias, em mais de um ponto da “arte”, declara que não existem “casos” em quimbundo:

(1) Não tem esta lingua declinaciones, nem casos; *mas tem singular, & plural, v.g. Nzambi, "Deos". Gimzambi, "Deoses" (DIAS, 1697, p. 4).*

(2) *[los pronombres] Não tem declinação, nem variedade de casos, como tem os pronombres Latinos, & servem de nominativos, & dos mais casos sem variedade dos ditos pronombres (DIAS, 1697, p. 8).*

(3) *Nesta lingua todos os adjectivos tem hũa fórmula só, porque não tem variedades de gêneros, nem casos, como a lingua Latina; mas sómente concordaõ com os sustantivos no numero, como já fica dito nos nominativos. v.g. Mutu üaoôba, "pessoa boa". Atu aoôba, "pessoas boas". O exemplo está em Mutu, no numero singular, & em Atu, no plural (DIAS, 1697, p. 36).*

(4) Não tem os Ambundos casos, & por isso respondem pela mesma pessoa, & proposições, pelas quaes se faz a pergunta. *v.g. Nazambi üazola atu osso? "Deos ama a todos?" üazôla: "ama". [...] (DIAS, 1697, p. 39).*

Apesar dessas afirmações, o uso dos significantes "caso", "declinação", "ablativo", "acusativo", "dativo", "genitivo" "nominativo", "vocativo" está automatizado ao longo da "arte". Como se observa nas citações de (5) a (12), Dias utiliza esses significantes como se seus significados e suas referências fossem evidentes, inclusive ante a alegada inexistência de "caso" na língua:

(5) *Todo o verbo pessoal nesta lingua tem seu nominativo claro, ou occulto. v.g. Eme ngandala culunda o milonga yâ nzambi, eye cuandala cülunda, "eu guardo os preceitos de Deos, mas tu não queres guardalos". [...] (DIAS, 1697, p. 33).*

(6) *As vezes collocaõ o nominativo depois do verbo. v.g. Momaca aa amba atu ayari, "nesta pratica fallaõ duas pessoas". O exemplo está em atu ayari, nominativo do verbo Amba, posposto (DIAS, 1697, p. 34).*

(7) *Quando o dito relativo for accusativo, se estiver antes do verbo, & se ouver nominativo claro, se porá entre o nome relato, & o verbo, como se vê no exemplo seguinte. v.g. O milonga yacucondeca nayo nzambi inecuim. "Os preceitos, com que se honra a Deos, são dez". [...] (DIAS, 1697, p. 38).*

(8) *Usaõ os Ambundos do verbo activo com accusativo. v.g. Nzambi utuba opembela yaè. "Deos nos dá a sua graça". "Deos ama a todos". O accusativo hade estar immediato ao verbo activo, excepto, quando na oração ouver dativo, ou ablativo, & relativo de instrumento; porque estes estarão immediatamente depois do verbo, & depois o accusativo. v.g. Nzambi üandala o miénho yétu oyümaiaüâba. "Deos quer às nossas almas cousas boas". [...] (DIAS, 1697, p. 42).*

(9) *Tambem servem de accusativos os nomes sustantivos, adjectivos, adverbios, infinitos, & os pronombres yme, yè, &c (DIAS, 1697, p. 42).*

(10) *Os verbos de "tirar", "attrahir", "apartar", "alienar", &c. tem além do accusativo ablativo, o qual ablativo se denota com hũa das proposições seguintes, Co, Bo, Mo; as quaes valem o mesmo que "ex", "de", "ab", &c. v.g. Fula üacátula nbomácüâmi o mucânda. "Pedro tirou de minhas mãos o papel". [...] (DIAS, 1697, p. 42).*

(11) Tem muitas vezes o verbo activo a além do accusativo dativo. *v.g. Nbana nzámbi o muxima üaye, “dai a Deos o vosso coração”. O exemplo está em nzambi, dativ. depois do verbo nbana* (DIAS, 1697, p. 43).

(12) Para o ablativo de preço usaõ os Ambundos da mesma preposição *mo*. *v.g. Ngassumbo mubica ümoxi moginbongo macuim ayari. “Comprei hum escravo por vinte & dous dinheiros”. O exemplo está em mo, preposição posta antes da palavra ginbongo, q̃ he “o preço”* (DIAS, 1697, p. 44).

Não há definições de “caso”, “declinação” ou dos tipos de “caso” usados para estruturar esse estudo. No entanto, das citações de (1) a (12), extraem-se traços (semânticos e epistemológicos) propriedades relevantes. Primeiro, nota-se que, em quimbundo, os “casos” não estão articulados como em latim, ou seja, não se manifestam sob a forma de desinências nominais específicas que se alteram de acordo com a função sintática e o papel temático dos termos. É o que se lê de (1) a (4). Em (2) e (3), por exemplo, o uso de “variedade” parece apontar para esse aspecto. Em (3) e (4), os termos “forma” e “mesmo” também parecem referir-se à ausência flexão nas palavras. Portanto, talvez os trechos de (1) a (4) simplesmente apontem que “caso” não encontra marcação formal no nível da palavra.

Os trechos de (5) a (12) apontam outras propriedades do “caso” em quimbundo:

- a) define-se segundo a posição do constituinte na sentença (como se lê em (6), (7), (8) e (11));
- b) é especificado de acordo com a regência verbal (v. (5), (8), (10) e (11));
- c) pode ser expresso também por meio de preposições (v. (10) e (12)).

Os dados linguísticos apresentados reforçam tais propriedades: destacam a ordem dos constituintes na sentença, os tipos de complementos exigidos por certos verbos e o uso de preposições específicas. Dias usa como exemplos, quase sempre, frases completas seguidas de sua tradução ao português e de um comentário que incide sobre a unidade linguística que comprova cada regra (“o exemplo está...”). Nesses exemplos, ficam também demonstradas outras propriedades da língua, como a ausência de marcação morfológica de gênero masculino e feminino, por um lado, e a existência de classes nominais que governam a concordância de número, por outro. Veja-se a citação (4), por exemplo, em que Dias mostra a permutação de $\{Mu-\}$ por $\{A-\}$ e a necessária concordância dos adjetivos com os substantivos de cada classe. Assim temos $\{Mu-\}$ e $\{u-\}$, no singular, e $\{A-\}$ e $\{A-\}$, para o plural. Em outros pontos do texto, o autor ressalta que esses morfemas indicam número singular ou plural e também o paradigma a que pertencem os nomes substantivos e adjetivos. A citação (13) mostra que Dias esteve atento a um dos aspectos mais importantes da morfologia nominal das línguas bantu, o sistema de classes nominais e sua relação com a concordância de número:

(13) *Todos os nomes, que no singular começarem pelas syllabas, ou letras abaixo, começarão no plural em Ma, & seu adjetivo começará en Ri, & plural en A, v.g. Nbata rinène, “casa grande”. Mabata anène, “casas grandes”.*

Ca Camba, “amigo” Macamba, “amigos”

Que Quehin, “precipicio”, ou “rochedo” Maquehin, “precipicios”
 E Embe, Maembe, “pombos”
 Y Yala, Mayala, “machos” [...] (DIAS, 1697, p. 4).

Esse aspecto da língua, ao contrário da noção de “caso”, aparece na obra sob a tradicional forma de paradigmas, porque se trata de um fenômeno marcado morfológicamente. Também estão organizadas nesse formato as conjugações verbais, já que o autor encontra, para elas, morfemas correspondentes a tempos e modos. A noção de “caso”, por sua vez, não é submetida a esse modo de apresentação de dados, provavelmente porque ela é expressa por meio de mecanismos sintáticos.

Parece haver uma adaptação do modelo de descrição gramatical das línguas clássicas aos fenômenos específicos do quimbundo. Esse modelo é seguido, mais proximamente ou mais à distância, dependendo dos fenômenos que são tratados. Quanto a “caso”, tal como ocorreu nas descrições iniciais dos vernáculos ibéricos e também nas do tupi, parece não ter sido possível ao gramático livrar-se do significante, que é central na estruturação de gramáticas no Ocidente, mas foram necessárias adaptações no “conteúdo focal” (não encontra marcação no nível da palavra; define-se segundo a posição do constituinte na sentença; é especificado de acordo com a regência verbal; pode ser expresso também por meio de preposições). Tais adaptações já pareciam comuns no final do século XVII; tão comuns que esse uso de “caso”, como sinônimo de mecanismo de expressão de função sintática e papel temático, na gramática de Dias, já dispensa maiores explicações. O tipo de estrutura (morfológica ou sintática), ainda que permaneça como um critério (que explica as declarações de inexistência de “caso” na língua), deixa de ser central para o emprego desse metatermo (e daqueles inseridos no mesmo campo (declinação, acusativo etc.)). Essa adaptação do conteúdo tradicional já parecia ser comum a ponto de poder ser aplicada diretamente a descrições que circulavam no contexto das missões jesuíticas, sem referências explícitas a suas diferenças em relação ao que ocorria em grego ou latim.

O metatermo “caso” em Mamiani (1699)

A “arte” de Mamiani divide-se em duas partes: na primeira, o autor trata de ortografia, pronúncia, declinação dos nomes e conjugações dos verbos, e na segunda, de sintaxe. É mais ampla que a de Dias e apresenta, além da formulação de regras – que em geral já contêm exemplos –, listas de outras unidades linguísticas que se comportam do mesmo modo. Como essas listas podem ocupar várias páginas, os organizadores da segunda edição do texto (1877) as dispuseram como em um vocabulário, alegando que isso facilitaria a leitura.

Mais explícito que Dias, Mamiani também propõe que não há marcação, na palavra, para “caso” em kiriri:

(14) Os Nomes ne/ta lingua não tem propriamente di/tinção de *generos*, ou *numeros*, ou *ca/so*s, mas o me/ſmo nome *fem* mudãça *ferve* de ordinario ao *genero ma/ſculino*, & *feminino*, ao *numero ſingular*, *plural*, & em todos os *ca/so*s: v.g. *e/ſte nome Cradzó*, *ſignifica Vacca*, & *Boy*, *ma/ſculino*, & *feminino*, & *fem variaçãõ ferve* ao *ſingular*, & *plural*, & *do me/ſmo modo ferve a todos os ca/so*s. *Bihè cradzò*, *hũa vacca*, ou *boy no ſingular*; *Buyò cradzò*, *muitas vaccas no plural*: *Pacri cradzò hi-nhã*, *foy morta huma*

vacca, ou boy por mim, no nominativo: Ità cradzó, jebo de boy, no genitivo (MAMIANI, 1877[1699], p. 5, grifo nosso).

Além de esclarecer que os mecanismos não são exatamente os mesmos encontrados na(s) língua(s) tomada(s) como termo de comparação, Mamiani instrui o leitor sobre o funcionamento geral dos “casos” em kiriri:

(15) *Os caços se conhecem ou pela collocação do nome, ou pelas prepoziçoens. O nominativo, & genitivo se conhece pela collocação; porque o nome, que se segue immediatamente ao verbo sem prepozição, he nominativo; ut, Sucá inhuræ do dipadzù, o filho ama a feu pay: & o nome que for immediatamente depois de outro nome sem ter prepozição, he genitivo; ut, Erà Tupã, caça de Deos. Os outros caços todos se conhecem pelas prepoziçoens, porque nesta lingua não ha caço algum sem prepozição fóra do Nominativo, & genitivo, como se entenderá melhor, quando tratarmos das Prepoziçoens* (MAMIANI, 1877[1699], p. 6).

A referência às seções posteriores àquela em que trata dos nomes parece indicar a tentativa de Mamiani de manter-se o mais próximo possível das gramáticas greco-latinas, que previam o tratamento das partes da oração, e, apenas depois disso, dos procesos de “construção”. O fenômeno em estudo parece ser capaz de perturbar tanto a descrição isolada de cada parte da oração quanto à separação do estudo delas, de um lado, e dos processos sintáticos, de outro. Contudo, ainda que os autores notem a possibilidade de ser estabelecido um certo nível de equivalência gramatical entre procesos flexionais, por um lado, e o uso de preposições e da ordenação de termos na oração, por outro, continuam a tratar de questões sintáticas em espaço a elas reservado nesse tipo de obra.

Comparado a Dias (1697), Mamiani (1699) apresenta um uso proporcionalmente mais amplo do significante “caso”, começando por vários títulos dados às seções do texto global. Em (18), há uma reprodução dos títulos que contêm o metatermos “caso”:

(16) *Dos generos, numeros, & casos dos Nomes. Dos casos communs dos Verbos. Caso commum do Lugar, Ubi, Quò, Quà, com a Preposición Mò. Caso commum do Lugar, Versus, com a Preposición Mý. Caso commum do Lugar, Unde, Com a preposición Bò. Caso commum de Commodo, Incommodo, Instrumento, & Materia, com a Preposición Dò. Caso commum de Causa, com a Preposición Nò. Caso commum de Companhia, com a Preposición Dehò, ou Embohò. Caso commum de Espera, com Babù, ou Betè. Caso commum de Medo, Respeito, Vergonha, & Resguardo, com a Preposición Dzene. Caso commum de Saudades com a preposición Wobohò. Dos Casos proprios dos verbos. Caso com a preposición Nò. Caso com a Preposición Dò. Dous casos, ambos com a Preposición Dò. Dous casos com as Preposições Do, & Ai, ou Sò. Dous casos com as Preposições Dò, & Nò. Caso com a Preposición Ai, ou Sò. Caso com a Preposición Dehò. Caso com a Preposición Mò. Caso com a Preposición Bò. Caso com a Preposición Aiby* (MAMIANI, 1877[1699], p. 6, 86-96).

Nesse conjunto de títulos de seções, chama a atenção o fato de “caso” estar vinculado não só ao nome, mas também ao verbo. O metatermo “declinação”, por sua vez, está relacionado a nomes, verbos e preposições. Na seção intitulada “Das Declinaçoens dos Nomes, Verbos & Prepoziçoens pelos Pronombres”, Mamiani propõe cinco declinações para os nomes, verbos e pronomes do kiriri:

(17) Os nomes, & verbos nesta lingua não tem diversidade alguma entre si na terminação dos casos, & tempos; porque os nomes servem com a mesma voz a todos os casos, como dissemos, & os verbos todos com a mesma terminação geral formam os tempos particulares. Porém tem alguma variedade entre se assim os nomes como os verbos em alguns artigos, ou particulas, que se ajuntam diversamente, & servem aos nomes de pronombres possessivos Meus, Tuus, Suus, & aos verbos de pronombres substantivos Ego, Tu, Ille. A diversidade destes artigos he o fundamento de dividirmos os nomes, & verbos em diversas Declinações: & porque os mesmos artigos servem assim aos nomes, como aos verbos, a mesma divisão serve de regra commua a huns, & a outros.

Chamo Declinações, não porque seja declinações dos casos nos nomes, ou de tempos, & modos nos verbos, mas porque são quasi declinações dos pronombres, ou possessivos, ou substantivos, compostos com os mesmos nomes, verbos pelas tres pessoas em ambos os numeros, singular, & plural: & pela mesma razão, & por ser regra geral que abraça também os verbos, se põem juntas as declinações dos nomes com as dos verbos (MAMIANI, 1877[1699], p. 9-10).

(18) O que se diz de nomes, & verbos, se hade entender também das preposições que formam os casos, & por isso concordam também com os pronombres substantivos Ego, Tu, Ille; & por essa causa pedem sem pre hum desses artigos, ou particulas, ou na primeira; ou na segunda, ou huma terceira pessoa, conforme o pronome com que concordam, para significar aquelle sentido, que no Portuguez se explica: v.g. commigo, a ti, por amor delle, &c. (MAMIANI, 1877[1699], p. 10).

O exame da “incidência” dos metatermos “caso” e “declinação” nas seções relacionadas a “verbo” revelou que elas são partes da obra principalmente dedicadas ao tratamento de adjuntos e complementos verbais e de seus modos de expressão na língua – os metatermos “caso” e “declinação” são, pois, usados em explicações referentes à regência verbal.

Observe-se que “artigos” ou “partículas” mencionados em (17) e (18) declinar-se-iam ao serem compostos com nomes, verbos e preposições. Relacionando-se, fundamentalmente, à noção de pessoa, eles funcionariam tal como os pronomes substantivos (quando associados aos verbos), os pronomes possessivos (se articulados a nomes), ou ainda, como expressões pronominais equivalentes a “comigo, a ti, por amor dele etc.”, se combinados às preposições que “formam casos”. Segundo Mamiani, as cinco declinações, comuns a nomes, verbos e preposições, seriam demarcadas por meio de “artigos dos pronomes”, unidades que o autor reúne em uma da tabela, sinalizando, ao usar esse artifício formal, que toma o funcionamento dos “artigos dos pronomes” como mecanismo regular, aparentemente de natureza morfológica.

Ainda que o autor identifique e trate em separado de “verbo”, “nome”, “preposição”, “pronome” ao longo do texto, esses metatermos estão ressignificados em um esquema gramatical em que critérios essenciais do estudo das partes do discurso são subvertidos. Dessa forma, por exemplo, as preposições que “formam casos” (como as relacionadas a dativo, ablativo) se declinariam, tal como verbos e nomes. Assumindo isso, Mamiani acaba por perturbar as definições de natureza morfológica tradicionalmente propostas para essas categorias, que tomam apenas as duas últimas como declináveis.

Com relação à expressão neológica “artigo do pronome”, corresponde a um deslocamento, em direção mais ou menos previsível, dos sentidos dos metatermos “artigo” (aparentemente relacionado a uma posição de antecedência a um núcleo no contexto sintagmático) e pronome (unidade relativa à expressão de “pessoa”).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A afirmação, de ambos os autores, de inexistência de “caso” nas línguas que descreviam parece bem compreendida no contexto de século XVII, já que não é preciso insistir muito a respeito do sentido em que ela deve ser lida. A possibilidade de existência de diferentes mecanismos gramaticais, nas diferentes línguas conhecidas, já parecia, no século XVII, suficientemente assimilada pelos gramáticos jesuítas, mas, do ponto de vista da metalinguagem, ainda não se manifestava a necessidade de inovação da terminologia descritiva herdada da tradição greco-latina (traço que, aliás, permanece como uma marca da “gramática” ocidental, que opera com um dos conjuntos terminológicos mais estáveis ao longo da história (AUROUX, 1992; SWIGGERS, 1997). Assim, em relação a “caso”, já eram conhecidas descrições que enfatizavam o papel das preposições e da ordem dos termos na oração (por exemplo, as dos vernáculos ibéricos), ainda que essas descrições continuassem a nomear esses processos pelos mesmos significantes empregados em descrições do latim e do grego. Especialmente no que se refere a “artes” de gramática produzidas no âmbito das missões religiosas – textos destinados a uma rápida assimilação das regras das línguas, tendo em vista processos de catequização também considerados urgentes –, rupturas terminológicas plenas seriam altamente indesejáveis. Em Dias e Mamiani, ao mesmo tempo que as descrições estão acomodadas a um “modelo” pouco variável, as especificidades das línguas a descrever impõem o registro dos pontos em que não há coincidência. Assim, o metatermo “caso”, como outros também centrais na estruturação do “modelo” gramatical greco-latino, parece concentrar uma interessante tensão entre tradição e ruptura, porque a persistência de seu significante, ao longo de séculos, revela um esforço de preservação de práticas de descrição e de ensino consolidadas, ao lado de uma já aparente dificuldade de restrição ao “conteúdo focal” e à “incidência” tradicionais do metatermo.

Cremos que acompanhar processos como esse, em análises guiadas pelos objetivos de descrição e “calibragem” (SWIGGERS, 2010) de metatermos, deve permitir, por um lado, uma sistematização mais eficiente das relações semânticas e epistemológicas entre as diferentes terminologias descritivas surgidas ao longo da história da gramática no contexto ibero-americano e, por outro lado, permitir um refinamento na capacidade do historiógrafo de captar e interpretar modos (mesmo sutilmente) diversos de compreender as línguas e a linguagem.

REFERÊNCIAS

- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- CASTRO, Y. P. de. *A língua Mina-Jeje no Brasil*. Um falar africano em Ouro Preto do século XVIII. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Secretaria de Estado da Cultura, 2002.

DIAS, P. *Arte da lingua de Angola, oeferecida [sic] a virgem Senhora N. do Rosario, may, & senhora dos mesmos pretos*. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1697.

MAMIANI, L. V. D. R. *Arte de grammatica da lingua brasilica da naçam Kiriri*. Rio de Janeiro: Central de Brown & Evaristo, 1877[1699].

PEIXOTO, A. da C. *Obra nova da língua geral de mina*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral das Colónias, 1945[1741].

RODRIGUES, A. D. *Línguas brasileiras*. Para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

SWIGGERS, P. *Histoire de la pensée linguistique*. Paris: PUF, 1997.

_____. Le métalangage de la linguistique. Reflexions à propos de la terminologie e de la terminographie linguistiques. *Revista do GEL (Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo)*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 9-29, 2010.

COELHO, O. F.; BORGES, P. de S. The metaterm “caso” in two grammars of the Brazilian colonial period. *Todas as Letras*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 167-175, 2012.

Abstract: We discuss the ways Dias (1697) and Mamiani (1699) used the metaterm “case”. Although their descriptions are the result of an adjustment to a mildly variable descriptive model, the specificities of the languages described impose the register of the non-coincidental aspects between Quimbundo/Kiriri and Greek/Latin.

Keywords: metalanguage; case; colonial linguistics.

Recebido em novembro de 2011.

Aprovado em janeiro de 2012.